

Companhia Energética Sinop S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	11



KPMG Auditores Independentes
SBS - Qd. 02 - Bl. Q - Lote 03 - Salas 708 a 711
Edifício João Carlos Saad
70070-120 - Brasília/DF - Brasil
Caixa Postal 8587 - CEP 70312-970 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 2104-2400, Fax +55 (61) 2104-2406
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Companhia Energética Sinop S.A.
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("SINOP ENERGIA" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão sobre as informações intermediárias**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração financeira intermediária, relativa à Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período seis meses findo em 30 de junho de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 31 de julho de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF



Marcelo José de Aquino
Contador CRC 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2017	31/12/2016		Nota	30/06/2017	31/12/2016
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.657	25.612	Fornecedores	10	74.919	49.039
Aplicações financeiras	4	116.834	239.623	Tributos e contribuições a recolher	11	2.305	7.280
Adiantamentos	5	328	232	Obrigações trabalhistas	12	2.569	1.683
Tributos e contribuições a compensar	6	8.617	4.881				
Despesas antecipadas		62	26				
		132.498	270.374	Não circulante			
Não circulante				Uso do bem público	9	21.556	21.191
Ativo fiscal diferido	7	8.033	6.436	Financiamento BNDES	13	759.911	740.149
Imobilizado	8	1.803.430	1.398.958				
Intangível	9	21.986	21.700				
		1.833.449	1.427.094	Patrimônio líquido			
				Capital social	15	1.123.000	565.000
				Prejuízos acumulados	15	(18.313)	(14.874)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	328.000
						1.104.687	878.126
Total do ativo		1.965.947	1.697.468	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.965.947	1.697.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas operacionais					
Pessoal, encargos e benefícios	16	(2.000)	(1.652)	(3.742)	(3.081)
Serviços de terceiros	17	(1.129)	(545)	(2.010)	(1.149)
Arrendamentos e aluguéis		(86)	(113)	(181)	(230)
Passagens e hospedagens		(177)	(170)	(347)	(357)
Materiais		(63)	(108)	(119)	(191)
Depreciações e amortizações	8 e 9	(100)	(90)	(195)	(174)
Outros		(421)	(74)	(767)	(146)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.976)	(2.752)	(7.361)	(5.328)
Resultado financeiro	18				
Receitas financeiras		504	133	2.854	654
Despesas financeiras		(200)	(105)	(240)	(129)
Resultado financeiro		304	28	2.614	525
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.672)	(2.724)	(4.747)	(4.803)
Contribuição social diferida	7	225	192	329	427
Imposto de renda diferido	7	940	553	979	1.199
Resultado do período		(2.507)	(1.979)	(3.439)	(3.177)
Resultado por ação (básico) - Em Reais		(0,00328)	(0,00805)	(0,00336)	(0,00785)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado do período	(2.507)	(1.979)	(3.439)	(3.177)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	(2.507)	(1.979)	(3.439)	(3.177)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015		372.637	(7.733)	150.000	514.904
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	270.899	270.899
Integralização de capital social por AFAC		192.363	-	(192.363)	-
Resultado do período		-	(3.177)	-	(3.177)
Saldo em 30 de junho de 2016		565.000	(10.910)	228.536	782.626
Saldo em 31 de dezembro de 2016		565.000	(14.874)	328.000	878.126
Integralização de capital social em moeda corrente	15	230.000	-	-	230.000
Integralização de capital social por AFAC	15	328.000	-	(328.000)	-
Resultado do período		-	(3.439)	-	(3.439)
Saldo em 30 de junho de 2017		1.123.000	(18.313)	-	1.104.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(4.747)	(4.803)
Receita financeira	(13)	(83)
Provisões	351	378
Depreciação e amortização	195	174
Resultado ajustado	<u>(4.214)</u>	<u>(4.334)</u>
Variação no ativo		
Aplicações financeiras	122.789	(15.124)
Adiantamentos	(96)	26
Despesas antecipadas	(36)	(33)
Tributos e contribuições a compensar	<u>(4.012)</u>	<u>(638)</u>
	118.645	(15.769)
Variação no passivo		
Fornecedores	(4.833)	(44.080)
Tributos e contribuições a recolher	(4.975)	(371)
Obrigações trabalhistas	<u>5</u>	<u>-</u>
	(9.803)	(44.451)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>104.628</u>	<u>(64.554)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(353.558)	(190.024)
Adição de intangível	<u>(25)</u>	<u>(264)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(353.583)</u>	<u>(190.288)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	230.000	192.363
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	<u>-</u>	<u>78.536</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>230.000</u>	<u>270.899</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.955)</u>	<u>16.057</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	25.612	41
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>6.657</u>	<u>16.098</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.955)</u>	<u>16.057</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	30/06/2017	30/06/2016
1 - Receitas	-	-
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.143)	(1.815)
	(3.143)	(1.815)
3 - Valor adicionado bruto	(3.143)	(1.815)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(195)	(174)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(3.338)	(1.989)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.854	654
	2.854	654
7 - Valor adicionado total a distribuir	(484)	(1.335)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	2.952	2.378
Benefícios	619	555
FGTS	171	148
	3.742	3.081
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.248)	(1.622)
Estaduais	34	22
Municipais	6	2
	(1.208)	(1.598)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	240	129
Aluguéis	181	230
	421	359
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do exercício	(3.439)	(3.177)
	(3.439)	(3.177)
Valor adicionado total	(484)	(1.335)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“SINOP ENERGIA” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. A Companhia é controlada por meio do Acordo de Acionista (“Acordo”), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 15), conforme disposto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas constituíram a Companhia com o propósito específico de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, à operação, à manutenção e à exploração da Usina Hidrelétrica de Sinop (“UHE Sinop”), no Rio Teles Pires, localizada no Estado de Mato Grosso, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A sede da Companhia está localizada na cidade de Sinop, no Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662 - esquina com a Rua das Castanheiras.

A partir de 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, passando a Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. a fazer parte da composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada.

Em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia (MME), para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

A Companhia ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da UHE Sinop. A Companhia possui capital autorizado de R\$ 1.457.144.937,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil e novecentos e trinta e sete reais) — Nota Explicativa nº 15 —, e as subscrições e as integralizações ocorrem por deliberação do Conselho de Administração. Aspectos relacionados à liquidez da Companhia estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

Coube ao Governo Federal regular a exploração, pela Companhia, do potencial de energia hidráulica no Rio Teles Pires, município de Sinop, Estado de Mato Grosso, denominada UHE Sinop, com potência instalada mínima de 400 MW (*). A garantia física de energia da UHE Sinop para o exercício em que as unidades geradoras forem instaladas é de 239,8 MW (*) médios.

(*) Informações não examinadas/revisadas pelos auditores independentes.

A Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) concedeu a Licença de Instalação definitiva, válida até 5 de junho de 2022.



A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da RFB. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em relação ao prazo de execução da UHE, a Companhia enfrentou, desde o início da construção, diversos entraves na execução das obras de implantação da UHE Sinop, sendo eles:

- (a) Entraves ambientais/judiciais.
 - (a.1) Suspensão da Licença de Instalação da Usina.
 - (a.2) Suspensão da autorização de imissão provisória de posse da área necessária ao canteiro de obras.
 - (a.3) Deslizamento de talude da margem direita da casa de força.
 - (a.4) Embargo de execução da lavra de arenito.
 - (a.5) Atrasos do órgão ambiental na emissão das autorizações de supressão vegetal.
- (b) Entrave de acesso ao Sistema Integrado Nacional (SIN).
- (c) Entrave financeiro - Atraso de cerca de oito meses na finalização e na liberação do financiamento obtido com o BNDES.

Em razão das situações acima, o cronograma inicial que estava previsto para o início da geração em maio de 2018 foi alterado para o dia 31 de dezembro de 2018. A Companhia vem apurando diversos meios para mitigar o referido atraso. Neste intuito, em 27 de junho de 2017, a Companhia celebrou o Contrato de Compra de Energia no Ambiente de Contratação Livre limitado a 215.800 MW médios referente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018. Na avaliação da Administração e apoiada em avaliação dos assessores jurídicos externos da Companhia, não há obrigação contratual a ser registrada nas demonstrações financeiras intermediárias em razão do referido atraso. Este assunto permanecerá objeto de monitoramento contínuo pela Administração.

Em 2 de fevereiro de 2017 (Processo SEI nº 19957.001002/2017-00) e complemento em 3 de março de 2017, a Companhia protocolou com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a solicitação de registro inicial de companhia aberta, Categoria "B", sem emissão pública concomitante. Em 22 de junho de 2017, a CVM concedeu o Registro de Emissor - Categoria "B" através do Ofício RIC nº 11/2017/CVM/SEP.

Em 6 de março de 2017, a Companhia protocolou (Chancela nº 000124) com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) o requerimento de solicitação de concessão de benefício da redução de 75% do IRPJ a partir da efetiva operação do empreendimento.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e na apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias estão definidas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, aplicáveis à elaboração de informações trimestrais.

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas anteriormente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período. Portanto, estas demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e das amortizações sobre o ativo intangível (Notas Explicativas nºs 8 e 9), o valor presente do gasto com o Uso do Bem Público (UBP) registrado no ativo e no passivo da Companhia (Nota Explicativa nº 9) e das provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 14). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação. A Administração revisa essas estimativas periodicamente.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foi efetuada pela Diretoria em 31 de julho de 2017.

2.2 Moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos estão apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Fundo fixo de caixa	3	3
Banco do Brasil	1.947	23.474
Banco Itaú	4.613	2.071
Banco Bradesco	92	64
Banco BNP Paribas	2	-
	<u>6.657</u>	<u>25.612</u>

4 Aplicações financeiras

	30/06/2017	31/12/2016
Banco do Brasil - CDB	62.188	-
Banco do Brasil - Compromissada	-	239.623
Banco Bradesco - Fundos	54.646	-
	<u>116.834</u>	<u>239.623</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em CDB (96% do CDI) do Banco do Brasil. As aplicações no Bradesco estão em fundo de investimento, e esses recursos são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

5 Adiantamentos

	30/06/2017	31/12/2016
Adiantamentos a funcionários	92	126
Outros	236	106
	<u>328</u>	<u>232</u>

6 Tributos e contribuições a recuperar

	30/06/2017	31/12/2016
ICMS antecipado (a)	1.592	952
PIS a recuperar (b)	708	485
COFINS a recuperar (b)	3.095	2.178
ISS a recuperar	66	66
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	3.138	1.200
Imposto de renda a recuperar	18	-
	<u>8.617</u>	<u>4.881</u>

- (a) A Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT) lança em conta-corrente de ICMS e cobra de forma antecipada todos os valores relativos à emissão das notas fiscais eletrônicas, por estar a Companhia enquadrada no regime de recolhimento do ICMS por Estimativa Simplificada e Diferencial de Alíquota antecipada.

- (b) A Companhia credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente, faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.
- (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras relativo aos saldos aplicados dos aportes do BNDES e integralização de capital social.

A Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso (SEFAZ-MT) concedeu o benefício de redução na base de cálculo conforme deferimento do processo nº 5294015/2017 de 29/06/2017, reduzindo a carga tributária final de 10% (dez por cento) para 6% (seis por cento) nas aquisições interestaduais de materiais.

7 Ativo fiscal diferido

		30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda	25%	5.903	4.732
Contribuição social	9%	2.130	1.704
Total		8.033	6.436

Com base na expectativa de lucros tributários futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme a seguir:

		30/06/2017	31/12/2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	Aliquota	(4.747)	(10.811)
Adições		426	90
Imposto de renda	25%	979	2.704
Contribuição social	9%	329	965
Total		1.308	3.669

A estimativa de recuperação é revisada anualmente por ocasião do encerramento do exercício.

8 Imobilizado

Geração		Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldos em 30/06/2017
Em curso							
Terrenos		39.216	152.892	-	-	-	192.108
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		902.841	116.517	-	-	43.036	1.062.394
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		46.341	22.459	-	-	12.293	81.093
Máquinas e equipamentos a ratear		144.967	28.248	-	-	65.045	238.260
Estudos de projetos a ratear	(a)	23.574	-	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(b)	112.563	41.577	-	-	(86.973)	67.167
		1.269.502	361.693	-	-	33.401	1.664.596
Terrenos a pagar	(c)	-	4.341	-	-	-	4.341
Medições	(c)	33.659	26.076	-	-	(33.401)	26.334
Adiantamentos a fornecedores	(d)	92	-	-	-	(92)	-
Juros capitalizados	(e)	95.188	30.171	(17.773)	-	-	107.586
Total geração		1.398.441	422.281	(17.773)	-	(92)	1.802.857
Administração							
Em serviço		863	147	-	-	-	1.010
Depreciação acumulada		(346)	-	-	(91)	-	(437)
Total Administração		517	147	-	(91)	-	573
Total Imobilizado		1.398.958	422.428	(17.773)	(91)	(92)	1.803.430

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da

Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- a. Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- b. Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- c. As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- d. Referem-se, substancialmente, aos custos iniciais incorridos antes da fase de construção da UHE Sinop já pagos aos fornecedores.
- e. Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os empréstimos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

Em 30 de junho de 2017, o montante total de adições de imobilizado que não envolveram caixa foi de R\$ 51.005 (R\$ 50.187 em 2016).

Conforme orientações do CPC 01 - R1 (IAS 36), a Companhia, em decorrência dos atrasos nas obras, identificou a necessidade de testar o valor recuperável do ativo imobilizado em 2016. A Companhia efetuará novo teste em dezembro de 2017, conforme requerido pelo CPC 01 (R1).

A taxa média anual de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2016 no referido fluxo de caixa projetado foi de 8,03% e leva em consideração o período da concessão.

9 Intangível

	Saldos em 31/12/2016	Adições (+)	Baixas (-)	Amortização (-)	Ajustes	Saldos em 30/06/2017
Geração						
Em curso - UBP (a)	21.191	365	-	-	-	21.556
Total - Geração	21.191	365	-	-	-	21.556
Administração Central						
Em serviço (b)	990	25	-	-	(140)	875
Amortização acumulada	(481)	-	-	(104)	140	(445)
Total - Administração	509	25	-	(104)	-	430
Total	21.700	390	-	(104)	-	21.986

(a) Geração - Em curso - UBP

Como pagamento pelo UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.500. O início da amortização e a primeira parcela serão pagos a partir da operação comercial da

primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 15,1% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo intangível. A amortização da UBP iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

- (b) Administração - Em serviço
Saldo referente ao registro no intangível de *software*.

10 Fornecedores

	30/06/2017	31/12/2016
Fornecedores de serviços e materiais	51.185	43.086
Combustíveis	352	-
Fundiário (a)	22.932	1.579
Contas a pagar	450	238
Seguros a pagar	-	4.136
	<u>74.919</u>	<u>49.039</u>

- (a) Refere-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.

11 Tributos e contribuições a recolher

	30/06/2017	31/12/2016
FGTS a recolher	82	102
INSS a recolher	513	349
IR - Outros	25	6
IR sobre salários	183	277
IR sobre serviços PJ	107	150
ISSQN a recolher (a)	1.048	6.186
PIS/COFINS e CSLL a recolher	144	210
ICMS diferencial de alíquota	202	-
Contribuição sindical a recolher	1	-
	<u>2.305</u>	<u>7.280</u>

- (a) Refere-se, substancialmente, a ISSQN decorrente de serviços prestados pela Construtora Triunfo S.A. relacionados à medição mensal.

12 Obrigações trabalhistas

	30/06/2017	31/12/2016
Provisão de férias	1.398	1.229
Encargos sobre provisão de férias	535	454
Provisão de 13º salário	467	-
Encargos sobre provisão de 13º salário	169	-
	<u>2.569</u>	<u>1.683</u>

13 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um crédito de R\$ 1,046 bilhão destinados à implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop) e programas de investimentos sociais, objeto do contrato de concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento está atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 8).

Composição do financiamento em 30 de junho de 2017:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Subcrédito A		724.170		(17.174)	706.996
Atualização	2,88% a.a. + TJLP	-	52.915	-	52.915
		<u>724.170</u>	<u>52.915</u>	<u>(17.174)</u>	<u>759.911</u>
Total do financiamento					

Movimentação do financiamento em 30 de junho de 2017:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2017
Subcrédito A	724.170	-	-	-	(17.174)	706.996
Atualização	15.979	-	-	36.936	-	52.915
Total do financiamento	<u>740.149</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.936</u>	<u>(17.174)</u>	<u>759.911</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2016:

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Total
Subcrédito A		706.397	17.773	724.170
Atualização	2,88% a.a. + TJLP	-	15.979	15.979
Total do financiamento		<u>706.397</u>	<u>33.752</u>	<u>740.149</u>

O contrato de financiamento com o BNDES é dividido em quatro subcréditos. As parcelas serão amortizadas em 240 prestações: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
C	28.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	5.000	TJLP	Implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas
Total	1.046.000		

O restante dos subcréditos está previsto para as datas abaixo em função das necessidades para realização do projeto.

Período	Subcréditos				Total
	A	B	C	D	
Jul/17	46.930	-	-	741	47.671
Ago/17	19.689	-	-	311	20.000
Set/17	87.569	-	-	1.382	88.951
Dez/17	43.297	-	-	683	43.980
Mar/18	39.132	-	-	618	39.750
Abr/18	9.213	40.010	-	777	50.000
Jun/18	-	2.990	22.374	400	25.764
Set/18	-	-	3.842	60	3.902
Dez/18	-	-	892	14	906
Mar/19	-	-	892	14	906
Total	245.830	43.000	28.000	5.000	321.830

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2018	19.001
2019	37.995
2020	37.995
2021	37.995
2022	37.995
2023	37.995
2024	37.995
Após 2024	512.940
	759.911

Como garantia da operação, a Companhia cederá, conforme contrato de cessão fiduciária em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, incluindo, ainda, outras garantias.

O contrato possui cláusula restritiva (*covenant*) que determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio (Patrimônio

Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20% (vinte por cento) e manutenção do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) a partir da Geração de Caixa da Atividade de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), que deverá ser calculada com base nas demonstrações financeiras auditadas.

O contrato possui, ainda, outras cláusulas de *covenants*, e a Administração da Companhia declara que os *covenants* estão sendo cumpridos sem exceção na data-base das demonstrações financeiras intermediárias.

14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, consequentemente, não há provisionamento de valores em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 30 de junho de 2017, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 4,714 milhões (R\$ 1,676 milhões em 2016), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária) e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Nesse sentido, os valores envolvidos dependerão das apurações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, e deverão ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

Abaixo, estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade possível:

	31/12/2016	Adições	Pagamentos/ baixas	30/06/2017
Trabalhistas (a)	466	658	-	1.124
Cíveis e outras (b)	1.210	4.466	-	5.676
Total	1.676	5.124	-	6.800

a. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos arts. 467 e 477 da CLT.

b. Cíveis e outras

A contingência cível classificada como possível de maior relevância para a Companhia refere-se à ação civil pública na qual o MPF alega irregularidade no Processo de Licenciamento da Usina Hidrelétrica Sinop e assevera que seriam nulas as Licenças de Instalação expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT, uma vez que teriam sido emitidas sem que as condicionantes da Licença Prévia nº 301901/2012 fossem cumpridas.

Embora concedida a liminar na ação para suspender o licenciamento ambiental da UHE Sinop, tal decisão foi suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em sede de Agravo de Instrumento, bem como em sede de Suspensão de Liminar. É importante ressaltar que a Suspensão de Liminar possui eficácia até o trânsito em julgado da decisão de mérito do caso.

No dia 11 de julho de 2017, a Companhia foi notificada através do Auto de Infração nº 0044/2017-SFG da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) lavrado em 3 de julho de 2017 referente ao Processo de fiscalização nº 48500.001872/2014-94. O valor da multa é de R\$ 2.086.400,74 (dois milhões, oitenta e seis mil e quatrocentos reais e setenta e quatro centavos) e está classificada pela assessoria jurídica como "Possível".

15 Capital social

Em 30 de junho de 2017, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1,123 bilhão (R\$ 565 milhões, em 2016), que compreende 1.123.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2017 é de R\$ 1.457.144.937, (R\$ 1.050.185.348, em 2016), até o limite de 1.457.144.937 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	275.135	357.000	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	275.135	357.000	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	572.730	743.145	51,0%
	<u>1.123.000</u>	<u>1.457.145</u>	<u>100,0%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha em seus registros contábeis o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) o valor de R\$ 328 milhões, conforme informações a seguir:

Acionistas	AFAC	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	80.360	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	80.360	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	167.280	51,0%
	<u>328.000</u>	<u>100,0%</u>

Em 30 de janeiro de 2017, foram integralizados em capital o saldo da conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 328 milhões e R\$ 80 milhões em moeda corrente.

Em 6 de abril de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 50 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

Em 23 de maio de 2017, foram integralizados na conta de Capital Social da Companhia R\$ 100 milhões em moeda corrente, por meio da ata de aprovação do Conselho de Administração.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(3.515)	(1.979)	(3.439)	(3.177)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.073.000	436.758	1.123.000	404.697
Resultado por ação (básico) - Em Reais	(0,00328)	(0,00805)	(0,00336)	(0,00785)
Resultado por ação (diluído) - Em Reais	(0,00328)	(0,00805)	(0,00336)	(0,00785)

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que o efeito dos instrumentos que representam ações ordinárias potenciais emitidos nos exercícios de 2017 e 2016 (AFACs) seria antidiluidor por reduzir o prejuízo por ação.

16 Pessoal, encargos e benefícios

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração de empregados	(1.313)	(991)	(2.351)	(1.847)
Encargos trabalhistas	(412)	(359)	(772)	(679)
Benefícios a empregados	(275)	(302)	(619)	(555)
	<u>(2.000)</u>	<u>(1.652)</u>	<u>(3.742)</u>	<u>(3.081)</u>

17 Serviços de terceiros

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(727)	(223)	(1.198)	(446)
Telefone, internet, água e energia elétrica	(55)	(59)	(115)	(118)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(143)	(129)	(285)	(298)
Monitoramento e vigilância	(88)	(67)	(224)	(139)
Transportes	(13)	(10)	(23)	(10)
Outros	(103)	(57)	(165)	(138)
	<u>(1.129)</u>	<u>(545)</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(1.149)</u>

18 Resultado financeiro

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras (a)	(507)	110	2.460	571
Provisão não realizada (b)	-	-	377	-
Descontos obtidos	3	-	4	-
Variações monetárias	-	23	13	83
Subtotal	(504)	133	2.854	654
Despesas financeiras				
IOF	(186)	(39)	(223)	(58)
Juros e multas	(15)	(68)	(16)	(69)
Outras despesas financeiras	1	2	(1)	(2)
Subtotal	(200)	(105)	(240)	(129)
	(704)	28	2.614	525

Durante o ano de 2017, a Companhia manteve saldos em contas de aplicações financeiras referente aos aportes do BNDES e à integralização de capital social, em dinheiro, pelos acionistas. Em 2017, a maior parte dos saldos mantidos em contas de aplicações financeiras foi proveniente dos aportes dos acionistas.

Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os valores pagos de IOF pela Companhia originaram-se dos saldos das aplicações financeiras que permaneceram por menos de 30 dias aplicados.

- (a) A variação negativa no segundo trimestre de 2017 é devida aos provisionamentos dos rendimentos das aplicações financeiras do Banco do Brasil no primeiro trimestre que foram estornados no segundo trimestre.
- (b) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia provisionou R\$ 377, referentes a IOF sobre as aplicações financeiras, no entanto o saldo permaneceu aplicado por mais de 30 dias, revertendo o total da provisão em 2017.

19 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía como partes relacionadas os seguintes entes:

- Controladores

- **Administradores.**

Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense (UTENF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte; e a EDFI Electricité de France Internacional (EDF) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	30/06/2017		31/12/2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
UTNF	AFAC	-	-	-	167.280
	Serviços a pagar	-	43	-	-
		-	43	-	167.280
CHESF	AFAC	-	-	-	80.360
		-	-	-	-
		-	-	-	80.360
ELETRONORTE	AFAC	-	-	-	80.360
		-	-	-	-
		-	-	-	80.360

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como sua distribuição.

A Companhia aplica somente a política de remuneração fixa a seus administradores.

	Períodos de três meses findos em:		Períodos de seis meses findos em:	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Remuneração (a)	(452)	(382)	(805)	(740)
Encargos trabalhistas e sociais (b)	(236)	-	(462)	-
Benefício (c)	(106)	(140)	(272)	(219)
Conselho Fiscal	(33)	(31)	(76)	(60)
	<u>(827)</u>	<u>(553)</u>	<u>(1.615)</u>	<u>(1.047)</u>

- (a) Composta por ordenados e salários.
- (b) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (c) Composto por benefícios concedidos, tais como assistência médica, seguro de vida, ajuda de custos, entre outros.

20 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não

derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros. Seus valores contábeis encontram-se próximos aos respectivos valores justos na data-base das informações financeiras.

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Risco de crédito

Por estar em período pré-operacional, a Companhia não depende dos recebíveis de sua carteira de clientes nesse momento. Contudo, está exposta a riscos de crédito associados à sua carteira de numerários mantidos com instituições financeiras.

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e no Bradesco.

A Companhia possui aplicações CDB-DI e fundos de investimentos de renda fixa de baixo risco no Bradesco e não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate. A carteira dos Fundos de aplicação do Bradesco está composta da seguinte forma: 13,86% em títulos públicos (LFT), 41,47% em títulos privados (letra financeira, debêntures, DPGE, CDB e nota promissória) e 40,17% outros (compromissada, cotas e outros).

Não é identificado no momento nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas n°s 3 e 4).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 88% de seus compromissos contratuais representados pelo financiamento com o BNDES estão atrelados ao índice da TJLP e 100% de seus contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia já contratou os empréstimos para financiamento do projeto pelo BNDES com as seguintes condições: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a. As condições desse financiamento estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES está evidenciado na Nota Explicativa nº 13.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia vem despendendo de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou de terceiros para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Sinop ("UHE Sinop"). A Administração da Companhia, por meio de seus acionistas, avalia as alternativas de financiamento, de curto ou longo prazos, incluindo a possibilidade de aporte complementar de recursos financeiros dos acionistas controladores.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

Os CPCs 38, 39 e 40 (R1) dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta com as instituições financeiras na data-base de 30 de junho de 2017, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2017. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2017, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

ATIVOS

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	54.646		62.089	60.228	58.367
Receita financeira projetada anual			7.443	5.582	3.721
Taxa sujeita à variação		Redução	13,6%	10,2%	6,8%
Variação - R\$		do CDI		(1.861)	(3.721)

	Saldo em 30/06/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações	62.188		67.089	65.864	64.639
Receita financeira projetada anual		Carteira	4.900	3.675	2.450
Taxa sujeita à variação		de	7,9%	5,9%	3,9%
Variação - R\$		fundos		(1.225)	(2.450)

PASSIVOS

Risco na apreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	759.911		814.625	828.303	841.981
Despesa financeira projetada			54.714	68.392	82.070
Taxa de juros		Aumento	7,2%	9,0%	10,8%
Variação - R\$		da TJLP		13.678	27.357

Risco na depreciação da taxa de juros

	Saldo em 30/06/2017	Risco	Cenário I Provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	741.349		813.105	799.806	786.508
Despesa financeira projetada			53.194	39.895	26.597
Variação - R\$		Queda	7,0%	5,3%	3,5%
		da TJLP		(13.298)	(26.597)

Premissas

TJLP - Passivos	a.a.	7,0%
Carteira de Fundos Bradesco	a.a.	13,6%
CDI - Ativos	a.a.	7,8%

21 Cobertura de seguros

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A apólice contratada, perante a J. Malucelli Seguradora, visa a garantir a execução das obras de implantação do empreendimento UHE Sinop com potência instalada mínima de 400 MW, em conformidade com o Contrato de Concessão. O seguro contratado cobre até o valor de R\$ 88.871.

22 Compromissos

Até 30 de junho de 2017, a Companhia possui o montante de R\$ 320.872 de compromissos assumidos, que se referem, basicamente, à contratação de fornecedores de materiais, gastos para compensar o impacto ambiental e serviços para construção e implantação da UHE Sinop, que prevê realizar-se conforme cronograma do empreendimento.

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2017

Principais Contratos	Saldo em 31/12/2016	Adições (Novas contratações)	Baixas (Pagamentos)	Saldo em 30/06/2017
Almeida Rotemberg e Boscoli	673	-	(117)	556
Arcadis / Themag	6.558	-	(5.042)	1.516
Arcadis e Naturae	1.779	-	(684)	1.095
Archaeo Pesquisas Arqueológicas	-	692	(91)	601
Avaliar Consultoria e Projetos	394	-	(394)	-
Biota Projetos e Consultoria Ambiental	11.811	-	(1.551)	10.260
Borges & Almeida	2.752	-	(1.235)	1.517
Carta Cartografia	460	-	(25)	435
Consórcios Nhambiquaras - Via Apia	-	14.249	-	14.249
Construtora Nhambiquaras Ltda.	-	10.306	(530)	9.776
Construtora Rocha	250	136	(215)	171
Construtora Triunfo	390.307	-	(186.366)	203.941
Felisberto Antonio Leo	-	428	-	428
Forest Serviços Ltda.	-	10.489	-	10.489
FX Minas Construções e empreendimentos	-	9.527	(734)	8.793
G. O Ferreira Junior Serviços ME	-	105	-	105
Gapo Comercio de Automóveis Ltda. Me	-	10.335	-	10.335
Geocat Geologia	1.180	-	(470)	710
Geotec Consultoria Ambiental	-	7.836	(1.045)	6.791
Hidro Campos Poços Artesianos Ltda. ME	-	619	-	619
Hill International Inc.	-	660	(150)	510
Infinito Consult. Empr. Finan. e Particip. Ltda.	-	729	(60)	669
Jer Engenharia Elétrica E Civil Ltda. - EPP	-	2.531	(344)	2.187
Juris Ambientis	82	1.079	(179)	982
LHC Construtora	409	286	(352)	343
Líder Construções Elétricas Ltda.	-	342	-	342
N R Empreendimentos e Construções	-	10.538	-	10.538
Nestor Carlos dos Santos Construções Eireli	-	4.399	-	4.399
Penha Construtora Ltda.	8.532	-	(3.593)	4.939
R Martins Junior Locação Eireli Epp	-	2.103	-	2.103
Rocha Consultoria	1.271	-	(52)	1.219
SEBRAE	688	-	(294)	394
SF Sup. Montagem Mecânica Ltda. Me	-	252	-	252
Vitisa Construtora e Incorporadora	-	10.524	(916)	9.608
-	-	-	-	-
TOTAL	427.146	98.165	(204.439)	320.872

Fluxo de desembolso anual de pagamentos dos compromissos:

Exercícios	Total
2017	180.223
2018	126.459
2019	14.190
	320.872

Adicionalmente, informamos os volumes de energia futura contratados para a Companhia, conforme a seguir:

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2018	2019	2020	2021	2022
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2023	2024	2025	2026	2027
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2028	2029	2030	2031	2032
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2033	2034	2035	2036	2037
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2038	2039	2040	2041	2042
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

Contrato	ENERGIA FÍSICA CONTRATADA MW (médio mensal)	2043	2044	2045	2046	2047
Total	215,80	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60	2.589,60

Preço de venda contratado 109,40 109,40 109,40 109,40 109,40

23 Eventos subsequentes

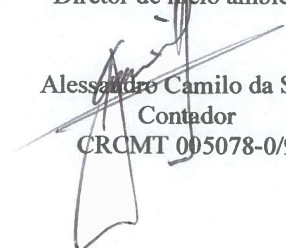
O Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, atualmente de R\$ 1,123 bilhões, no valor de R\$ 70 milhões conforme Ata CES-RCA 30.06.2017, que foi aportado em 21 de julho de 2017.

* * *


Mauro de Almeida Santos
Diretor-administrativo-financeiro e
Diretor de relações com investidores


Gustavo Reis Lobo de Vasconcelos
Diretor de engenharia e obras civis


Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor de meio ambiente


Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9